

DISPUTA PELA MEMÓRIA DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO: O PROCESSO DE BRANQUEAMENTO NO CONTEXTO DO PORTO MARAVILHA.¹

*Amanda Wanis
Ana Carolina Machado
Felipe Carvalho Nin Ferreira
Yasmim Leite²*

Resumo

A Zona Portuária do Rio Olímpico sob o signo do Porto Maravilha instaura profundas transformações no território. Para tais transformações vem sendo desenvolvidas ações que estimulam a expulsão da população original da área, alinhadas à lógica da gestão empresarial da cidade, convertendo a região aos moldes da cidade-empresa-cultural. Nesse processo, vem sendo instalado um jogo de disputas identitárias e a configuração de um novo *ethos* da área portuária. Esse novo *ethos* busca ressignificar a história da região mobilizando elementos do “passado” e disputando a redefinição dos “lugares de memória” em um processo de “branqueamento do território”.

Palavras-chave: renovação urbano-cultural; memória, branqueamento do território.

¹ Este artigo foi elaborado a partir de pesquisa realizada pelo grupo pesquisa em Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano – GPDU da Escola de Arquitetura e Urbanismo – EAU da Universidade Federal Fluminense - UFF.

² O grupo de pesquisa sobre Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano – GPDU, criado em 2002, é coordenado pela professora Fernanda Ester Sanchez Garcia. O presente artigo é resultado das reflexões produzidas no contexto das pesquisas realizadas por este laboratório entre os anos de 2016 e 2018, sobre os impactos da realização dos megaeventos esportivos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, utilizados como dispositivos para implementação de Grandes Projetos Urbanos - GPUs, como é o caso do projeto Porto Maravilha.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as renovações urbano-culturais em áreas portuárias têm sido realizadas como parte do processo de produção das cidades capitalistas neoliberais. Tais transformações ganharam impulso com a justificativa de adequação da cidade para realização dos megaeventos esportivos. A Operação Urbana Porto Maravilha³ está incluída nesse contexto ao apresentar a cultura como um dos discursos legitimadores do projeto. Contudo, essas transformações ganham contornos próprios quando analisamos o contexto histórico da região portuária do Rio de Janeiro, local onde funcionou um dos maiores mercados de negros escravizados das américas. Ao ter em seu escopo a espetacularização do espaço público, as intervenções realizadas pelo Porto Maravilha buscam ressignificar a memória daquele território, desencadeando disputas culturais e identitárias que afetam, principalmente, a memória relacionada à população afrodescendente.

O que vem se intensificando, sobretudo desde o início da operação urbana em 2009, é uma disputa simbólica pelas representações⁴ sobre o território, na qual patrimônios materiais (arquitetônicos, urbanísticos) e imateriais (práticas culturais, a memória histórica) são mobilizados como signos de identidade. Tais disputas constituem o que Pierre Nora chama de “lugares de memória”. Segundo Nora⁵, a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, enquanto a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no “eterno presente”, uma construção, fruto de disputas sociais. Os lugares de memória são então aqueles sobre os quais são atribuídas significações, que possuam “auras simbólicas”.

Nessas disputas, observamos na operação urbana a mobilização seletiva de elementos do “passado” e a tentativa de definir novos lugares de memória, em

³ O projeto anunciado em 2009 se configurou como uma Operação Urbana Consorciada, uma modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) do qual fazem parte os bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, São Cristóvão e Cidade Nova. Para mais informações ver PINHO, 2015.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

⁵ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto história (10), São Paulo: Editora da PUC-SP, dezembro de 1993, p.9.

um processo de “branqueamento do território”⁶ que se manifesta como racismo institucional. Na região que abriga lugares simbólicos da escravidão, mas também de lutas e resistência, esse processo de branqueamento impacta em diversas dimensões aqueles que guardam e são patrimônio vivo da cultura afro-brasileira, além de produtores de uma cultura negra contemporânea, que apesar de ser de grande importância à formação histórico-cultural do país, é desenvolvida frente às permanentes lutas por seu reconhecimento e valorização.

Cabe aqui ressaltar que a análise feita no presente artigo não parte da vivência do corpo negro na cidade, mas busca se apropriar das reflexões trazidas por autores negros, como Renato Emerson dos Santos e Milton Santos, para contribuir com o reconhecimento do racismo praticado no processo histórico de transformação da região portuária do Rio de Janeiro, que atravessa com a Operação Urbana Porto Maravilha a sua versão contemporânea.

BRANQUEAMENTO HISTÓRICO DO TERRITÓRIO

Para compreender, em sua complexidade, as disputas estabelecidas na região enquanto “lugar de memória” no sentido de Pierre Nora, é preciso também reconhecer aquilo que foi destruído, os lugares que foram apagados, aquilo que, para o poder hegemônico, não poderia permanecer⁷. Nesse sentido destacamos tanto o apagamento de edificações como o Cais do Valongo, como os locais de manifestações culturais e ou cotidianas consideradas indesejáveis, como o trabalho ambulante, a arte de rua ou mesmo a presença da população que mora nas favelas ali localizadas. Essa análise ultrapassa as obras realizadas pelo Porto Maravilha, e resgata também intervenções urbanas que marcam a história desta região desde o final século XVIII. Tais intervenções se inserem como eventos urbanos de “branqueamento do Território”⁸, que não só marcaram a transformação da região ao longo dos dois últimos séculos, mas também

⁶ Termo proposto por Renato Emerson dos Santos (2009).

⁷ SIMAS, L. Antonio. In. TEIXEIRA, C. Alexandre. *Roda Dos Saberes*. Associação Cultural Ilê Mestre Benedito de Angola, 2015.

⁸ SANTOS, Renato Emerson. *Rediscutindo o ensino da Geografia: temas da Lei 10.639*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

evidenciam o racismo institucional que transformou a cidade e, mais especificamente, a “Pequena África”.

Conforme dissemos, a região é marcada por abrigar um dos maiores mercados de negros escravizados das Américas. Um comércio que vigorou na cidade por mais de três séculos e que se instalou nesta área no final do século XVIII após ser transferido da rua da Alfândega, por ordem do então Vice-rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, Marquês do Lavradio.

Havia... nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcaram no porto vindos da costa africana, entrar na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus (...) e fazem tudo que a natureza sugeria no meio da rua.

[...]

Minha decisão foi a de quando os escravos fossem desembarcados na alfândega, deveriam ser enviados de botes ao lugar chamado Valongo, que fica em um subúrbio da cidade, separado de todo o contato, e que muitas lojas e armazéns deveriam ser utilizados para alojá-los⁹

No final do século XVIII, ocorre a primeira medida efetiva de “branqueamento” na área central da cidade. A intenção do Marquês do Lavradio era poupar os olhos nobres e estrangeiros do show de horrores do qual se tratava o comércio dos negros e negras escravizados. O comércio agora funcionaria numa área afastada, encoberta pelos morros do Valongo e do Livramento. Após essa mudança, o comércio de escravizados passou a ser formado pelo Cais do Valongo, por onde desembarcaram mais de um milhão de pessoas; a rua do Valongo, hoje rua Camerino, onde essas pessoas ficavam expostas em lojas e armazéns, junto a instrumentos de tortura, correntes e outras ferramentas utilizadas na prática da escravidão; o Cemitério dos Pretos Novos, onde eram depositados aqueles que morriam durante a travessia ou mesmo nos armazéns; a Igreja de Santa Rita, que era responsável pela administração deste cemitério; e o Lazareto, local onde era praticado um período de quarentena que servia para engorda e tratamento dos que chegavam mais adoentados.

⁹ apud PEREIRA 2007, p. 72.

Ao longo do século XIX, com o avanço da luta abolicionista no Brasil, que contou com forte pressão internacional, algumas medidas foram tomadas no sentido de esconder o comércio de escravizados, que passou a ser mal visto. Em 1831, foi publicada a primeira lei que proibia o comércio de escravizados, simbolicamente conhecida como lei “para inglês ver”, expressão popular presente até hoje, que significa fazer algo para manter as aparências, expondo o real objetivo de camuflar uma atividade que seguiria acontecendo normalmente. Neste mesmo ano, é fechado o Cemitério dos Pretos Novos¹⁰.

Com o tráfico de escravizados proibido, outros pontos ao longo da costa fluminense serviram de ancoradouro para os navios negreiros, numa tentativa de driblar as pressões abolicionistas e externas pelo fim da prática da comercialização de negros. O então Cais do Valongo, datado de 1811, símbolo da consolidação do mercado de escravizados naquela área se tornava obsoleto, precisava ser ressignificado. Então, em 1843, o antigo cais é escolhido para receber a Imperatriz Leopoldina, que chegava ao Rio para se casar com Dom Pedro I. Assim, a memória do passado de escravidão é enterrada sob 60 centímetros de aterro para dar lugar ao Cais da Imperatriz, o qual foi reformado e embelezado. As pedras não polidas, que recebiam os pés descalços e calejados, foram cobertas por pedras talhadas, tratadas para receber os pés da monarquia portuguesa. Considerando o contexto de clandestinidade do comércio escravagista, esta reforma evidencia o processo de “branqueamento do território”.

Em 1850, são publicadas duas leis que serão importantes para a produção desigual da cidade com relação ao futuro na população afrodescendente no Brasil. A Lei Eusébio de Queirós, que irá tornar o comércio de escravizados definitivamente ilegal; e a Lei de Terras, que irá estabelecer o Estado Imperial como real proprietário do solo e a de compra de terras como único meio para acessá-la. Esta lei prepara a sociedade para a abolição da escravidão, garantindo que a grande maioria dos negros libertos seguiria marginalizada do acesso à terra e, portanto, de condições dignas de vida na cidade capitalista.

¹⁰ O Cemitério, segundo estimativas, teve mais de 30.000 corpos depositados sob os “cuidados” da paróquia de Santa Rita.

Ao longo da segunda metade do século XIX, outras leis foram criadas para garantir o controle e marginalização da população negra, até que, em 1888, é oficializado o fim da escravidão no Brasil com a assinatura da Lei Áurea. Na prática, vários estados do país já haviam feito a abolição, de forma que muitos negros, inclusive na capital, já vendiam sua força de trabalho. A narrativa é uma ferramenta poderosa no projeto de branqueamento, uma vez que a história é contada por sujeitos hegemônicos. Nesse caso, a princesa Isabel é normalmente apresentada como uma pessoa generosa e defensora da justiça, invisibilizando, sob essa ótica, os movimentos abolicionistas, as revoltas quilombolas e o medo do haitianismo por parte das elites, ferramenta que será largamente disseminada até os dias atuais, por meio da educação escolar, da mídia, e outros meios, que pretendem retirar o protagonismo dos negros e minorias em suas lutas ao longo da história.

Com o fim da escravidão, a população negra, agora “livre”, não foi inserida nessa nova cidade moderna e industrial que se pretendia construir. Pelo contrário. Uma série de intervenções urbanas ocorreram nesta região com objetivo de apagar as marcas da presença negra nesse lugar. Neste contexto, surge a Lei da Vadiagem, que marca a perseguição aos negros e indígenas através da criminalização de tudo aquilo que fosse referência aos traços de suas culturas. Atividades como a capoeira, o samba, o candomblé, as casas de zungu são criminalizadas e perseguidas nesse período. Contudo, tais expressões culturais se afirmam como resistência da cultura negra e delas alguns atores culturais ganharam notoriedade na cultura brasileira, como João da Baiana, e a primeira agremiação vinculada a festejos carnavalescos como a *Sociedade Carnavalesca, Familiar, Dançante, Beneficente e Recreativa Tira o Dedo do Pudim*. Nesse caso, vale ressaltar que a prática do “branqueamento do território” se dá, não só através de intervenções no território, mas também mediante repressão de expressões culturais, ora oprimindo, ora se apropriando e ressignificando as mesmas.

A Pequena África, como mais tarde Heitor dos Prazeres¹¹, nomearia aquela região, afirmou-se como berço histórico da cultura afro-brasileira, atraindo inclusive negros libertos de outros estados do país. Ao longo do século XIX, antigas chácaras da região são desmembradas em lotes urbanos proletários, como solução de moradia encontrada pela população negra e miscigenada, onde surgem os chamados cortiços. Tal processo marca a ocupação subalternizada nessa nova cidade que está crescendo. Entre o final do século XIX e início do século XX, são realizadas intervenções urbanas, que também devem ser compreendidas, neste contexto de perseguição aos negros, como medidas de “branqueamento do território”. A remoção do cortiço conhecido como Cabeça de Porco¹², realizada pelo prefeito Barata Ribeiro em 1893, é um exemplo e levou centenas de pessoas a ocupar o Morro da Favela¹³, atualmente conhecido como Morro da Providência. Nesse contexto, mais uma vez a população negra é negligenciada pelo Estado e solucionava por si a questão da moradia.

Mas foi nos primeiros anos do século XX que a região recebeu as intervenções mais severas. Na gestão do prefeito Pereira Passos, a cidade passou por uma intensa reforma urbana que visava adequá-la à modernidade, trazendo símbolos estéticos de Paris. Na região portuária foi feito um enorme aterro, que redesenhou o limite com o mar, abrindo espaço para armazéns. Na encosta do Morro da Conceição, até então conhecido como Morro do Valongo, foi feita uma obra de contenção na face voltada para a antiga rua do Valongo, que além de ser alargada, contou com a construção do Jardim do Valongo e uma casa de guarda, passando a se chamar rua Camerino. Esta reconfiguração urbana da região portuária produzida neste período se apresenta como um evento urbano de “branqueamento do território” dos mais significativos, uma vez que apagou a existência daquele cais, além de ressignificar a rua do Valongo, com seu alargamento e mudança de nome para rua Camerino, inserindo ainda ali uma

¹¹ Escritor e sambista (1898 - 1966).

¹² Localizado próximo à Estação Central, o cortiço que abrigava mais de duas mil pessoas, foi demolido sob o pretexto de abertura do túnel João Ricardo.

¹³ O Morro da Favela já servia de abrigo para os ex-combatentes da guerra de Canudos, a maioria negros, que haviam recebido a promessa de ganhar um pedaço de terra quando retornassem da batalha. Com o fim da guerra e a promessa não atendida, ocuparam o morro que ficava imediatamente no entorno do Comando do Exército.

edificação para abrigar a casa de guarda, instituição responsável pela repressão, apagando, enfim, a memória do lugar que representava o início da história que se pretendia esconder.

Na gestão de Pereira Passos, também se intensificou a política do “bota abaixo” que removeu inúmeros cortiços nas imediações da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Esta medida contou com o respaldo do médico sanitário Oswaldo Cruz, que estabeleceu a obrigatoriedade da vacina contra febre amarela, inclusive com uso da força policial¹⁴. Vale ressaltar o atual período que vivemos, de crise sanitária, devido à pandemia do novo coronavírus, que revela os efeitos da marginalização sobre a saúde pública. Como na ocasião do bota abaixo, na crise atual a questão sanitária também está diretamente relacionada à precariedade da moradia, mais que isso, ao negligenciamento de direitos básicos, como o próprio acesso à mesma, de forma que é persistente que os maiores impactos da crise sejam sofridos pela população negra e marginalizada.

Naquele período, o Estado Brasileiro empreendeu uma forte política de imigração de europeus¹⁵, que vieram ao Brasil para substituir a mão de obra negra escravizada. Tratava-se de uma política pública eugenista, de ideal racista, ligado a um movimento intelectual, supostamente científico, que funcionou como um projeto societário de marginalização da população negra e miscigenada, cujo objetivo era apagar, com o tempo, todas as marcas fenotípicas da população negra, substituída através da miscigenação com os imigrantes europeus, em uma cultura branca, cristã e ocidental.¹⁶

Ao longo do século XX, com a intensificação da produção industrial e do comércio global, a atividade portuária passou por um grande processo de transformação. Se a princípio esta atividade exigia muitos armazéns e uma

¹⁴ O discurso sanitário foi utilizado para justificar a remoção de moradias populares consideradas insalubres na região central, como o Morro do Castelo, sofrendo forte resistência da população, resultando na Revolta da Vacina que teve no bairro da Saúde uma de suas mais resistentes barricadas.

¹⁵ Migrantes impelidos pela crise econômica e pelos efeitos da I Guerra Mundial.

¹⁶ SCHWARCZ, L. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

grande quantidade de estivadores¹⁷ para o carregamento de cargas, com a modernização dos portos e a utilização de containers, essa demanda passou a ser por amplos pátios, com mão de obra de operadores de guias e máquinas. Assim, com o passar dos anos, muitos galpões e armazéns foram fechados, conferindo à região o estigma do abandono. Este processo foi intensificado com a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, fazendo com que muitos escritórios de instituições públicas que funcionavam na região também fechassem as portas.

Apesar de a região ter sido abandonada por diversas empresas e pelo poder público, os trabalhadores portuários que historicamente habitam os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Morro da Providência, permaneceram na região usufruindo da proximidade com o centro da cidade. A região portuária passou então a ser vista apenas como um lugar de passagem, principalmente após a construção do viaduto Elevado da Perimetral. No entanto, com o tempo, inúmeros casarões, edifícios e terrenos abandonados passaram a ser ocupados pela população sem-teto, fazendo valer na marra o direito à moradia e a função social da propriedade.

Após inúmeros projetos urbanos serem apresentados para a região portuária respaldados pela retórica do abandono, o Porto Maravilha é apresentado em 2009 como o projeto que irá revitalizar a área, através de uma Operação Urbana Consorciada, tendo como dispositivos legitimadores a organização dos mega eventos esportivos no Rio, os novos equipamentos culturais e o suposto interesse do mercado imobiliário voltado para imóveis residenciais para as classes médias e altas, empreendimentos comerciais e corporativos, além do setor hoteleiro. Na área do projeto, cerca de 70% das terras são públicas, em grande parte ociosas e que, de acordo com a Constituição, deveriam cumprir sua função social ao serem destinadas, prioritariamente, para habitação de interesse social. A prefeitura, através do projeto Porto Maravilha, no entanto, propõe justamente o contrário. Além de não permitir que essas áreas ociosas sejam destinadas para moradia popular, tem expulsado moradores pobres da região

¹⁷ Além do trabalho diário, possuem a sede do sindicato mais antigo do Brasil e são parte significativa da população local.

através de despejos violentos, remoções forçadas e do aumento do preço dos imóveis e aluguéis, gerando um processo de gentrificação do entorno das áreas de intervenção. Desde 2009 ocupações de edifícios que estavam abandonados foram despejadas e um processo de remoção na favela da Providência atingiu mais de uma centena de famílias. Muitas dessas ocupações utilizavam nomes importantes da cultura do povo negro como estratégia para reivindicar a legitimidade desta população poder morar na região. Entre essas ocupações cabe destacar a Ocupação Quilombo das Guerreiras, Ocupação Zumbi dos Palmares, Ocupação Machado de Assis, Ocupação Chiquinha Gonzaga, Ocupação Mariana Crioula, entre outras.

Ainda que o projeto incorpore algumas manifestações culturais locais, como blocos de carnaval, o reconhecimento do berço do samba e manifestações religiosas afro-brasileiras, observamos uma narrativa de invisibilização da existência negra na região. O apoio a esses grupos, quando acontecem, são descolados de seus produtores originais e de suas heranças históricas, e visam na maioria das vezes legitimar o projeto no território, através da promoção da imagem de alguns desses lugares, grupos e eventos, que acabam servindo a mercantilização e espetacularização da cultura negra. Na produção desigual dos espaços da cidade, a criação da ideia de vazio materializado por meio do abandono do poder público, intenciona apagar a história negra. A operação Porto Maravilha, nesse sentido, se apresenta de maneira incisiva desenhando uma política de branqueamento do território, que se materializa no espaço, sobrepondo-se à essa história. Aos moldes Pereira Passos, as transformações arquitetônicas e urbanísticas seguiram padrões eurocêntricos, para se sobrepor à memória negra implícita naquela região.

PORTO MARAVILHA E A CONTINUIDADE DO PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO

O movimento negro vem reivindicando, há muito tempo, o reconhecimento da Zona Portuária por sua história de matriz africana, de forma a dar visibilidade a elementos da cultura afro-brasileira simbolicamente presentes nessa área. Desse movimento de luta, associado ao desvelamento do Cais do Valongo,

encoberto ainda no século XVII, o movimento negro e outros movimentos sociais conseguiram imprimir algumas fissuras no projeto inicial do Porto Maravilha, modificando, ainda que desproporcionalmente, algumas ações do projeto. Uma delas foi a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, uma vez que não haveria como esconder totalmente o que ali há de latente. Por outro lado, como demonstra um estudo da Rede de Pesquisa Passados Presentes¹⁸, ocorre uma redução espacial substancial da Pequena África. O estudo apresenta 18 pontos de importância para a memória da escravidão na Zona Portuária, dentre eles cortiços, casa de candomblé e casas de acolhida dos negros, que não foram incluídos no Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana.

O ponto importantíssimo de intervenção no projeto inicial é o “descobrimento” do Cais do Valongo. A proposta inicial para a rua Barão de Tefé era a abertura de uma grande avenida, mas com as escavações para obras de urbanização foram encontrados vestígios arqueológicos do período escravocrata. Esses achados impulsionam um discurso de “descoberta” do cais do Valongo. A palavra empregada pela gestão municipal dá duplo sentido, achar o desconhecido ou tirar o que o cobria. Fato é que sempre se soube de sua existência, tanto pelo registro da cartografia histórica da cidade, como pelo próprio obelisco construído justamente para demarcar a sua presença. A incerteza era sobre as condições originais do cais, mas vale lembrar que, na proposta inicial das transformações da região, não havia qualquer referência à memória da cultura afro-brasileira.

No entanto, a partir do reconhecimento de artefatos históricos, o envolvimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de centros de arqueologia da UFRJ e dos grupos de resistência da cultura negra, principalmente pelas discussões geradas a partir do reconhecimento do Cemitério dos Pretos Novos a partir de 1996, o Cais do Valongo ganhou destaque internacional e foi incluído no projeto do porto.

¹⁸ Constituída pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF) e pelo Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (NUMEM/UNIRIO).

As escavações reuniram um volume de objetos armazenados em sete containers. Cerca de 600 mil artefatos, 50% catalogados nos dois anos seguintes a descoberta. Tais artefatos ficaram indevidamente expostos na praça dos estivadores e em seguida transferidos a um galpão vazio, na região¹⁹. Em 2017, o Cais do Valongo ganha da UNESCO o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, reconhecimento que até então não houve por qualquer instância de patrimonialização nacional. O reconhecimento internacional deu novo impulso e visibilidade às questões da cultura negra, novo debate foi posto em pauta, mas ainda sem ações muito efetivas. Diversas propostas para um espaço de memória da Herança Africana estão em disputa: o Museu da Escravidão e da Liberdade foi instalado no antigo Centro Cultural José Bonifácio pela atual gestão municipal do prefeito Marcelo Crivella; o IPHAN propôs a criação do Museu do Valongo; e algumas entidades representativas do movimento negro, como o Movimento Negro Unificado - MNU, reivindicam a criação do Memorial da Diáspora Africana no antigo galpão Docas Pedro II, onde atualmente funciona a ONG Ação da Cidadania, situado em frente ao Cais do Valongo.

Nesse sentido, as remoções aparecem também e mais uma vez como uma estratégia histórica de afastar o negro dos olhos estrangeiros, ou mesmo do novo perfil de morador que se deseja atrair para a área²⁰. As remoções seguiram no sentido de uma mudança na composição social da Zona Portuária, já que o discurso do projeto previa a recuperação da região como lugar de moradia, a partir de um crescimento populacional que foi estimado de 28 mil para 100 mil habitantes, com a construção de grandes edifícios, destinados à classe média.

A resistência dos moradores e movimentos sociais foram importantes para conquistar o recuo de parte significativa das remoções previstas para a região.

¹⁹ Em 2015 o Ministério Público Federal produz relatório sobre a vistoria dos galpões onde se encontrava o patrimônio arqueológico. E solicita assinatura de termo de ajuste de conduta entre o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e IPHAN. Houve ainda a promessa de se fazer um laboratório aberto de arqueologia urbana nos galpões da Gamboa, fato é que o laboratório nunca foi criado e não há informações de onde nem do estado de preservação dos artefatos.

²⁰ Com o progresso, o pobre que sempre teve de solucionar por si a questão da moradia, recebe como resposta a constante periferização, empurrado, agora com programas de moradia popular e redes de transporte de massa precários para longe do centro que concentra as oportunidades.

Mas ainda restou a essas áreas majoritariamente negras a militarização de seu cotidiano, como forma de controle que dê segurança ao novo perfil de usuário das áreas beneficiadas pelo projeto na região. Os movimentos de luta por moradia apontam ainda o descompasso entre o recurso investido em uma função básica do Estado, prover moradia digna para a população que não tem acesso à mesma, reais necessidades nas áreas centrais de grandes cidades, como acontece no Rio de Janeiro, em contraposição aos gastos com o Museu do Amanhã. Com os 400 milhões de reais gastos em sua construção, seria possível construir 3200 unidades habitacionais pelo programa Minha Casa Minha Vida.

Na Pequena África, o trabalho ambulante foi fonte de resistência negra na área, remanescente dos escravos de ganho e escravos vendedores, que atuavam indo às compras, transportando lixo, vendendo costura, lavando e passando roupa, entre outros, o que muitas vezes lhes permitiam a compra de sua alforria, e que se perpetua até os dias de hoje com o sem-número de trabalhadores informais que ali ainda resistem.

Escravos de ambos os sexos apregoam suas mercadorias em todas as ruas. Verduras, flora, frutos, raízes comestíveis, ovos, todos os demais produtos rurais, bolos, tortas, roscas, doces, presunto etc. passam continuamente pelas portas das casas. Se o cozinheiro precisa de uma caçarola, logo se ouve o pregão de um vendedor de artigos de metal. Uma talha d'água se quebra e meia hora depois se aproxima o vendedor de moringas.²¹

²¹ EWBANK, 1973, p. 99 citado por BENCHIMOL, 1990, p. 31.



Figura 1: Exposição “Ambulantes Ontem e Hoje”.
Fotos: Fábio Carvalho e Marc Ferrez.

É perseguindo tudo aquilo que perturba a ordem civilizada, o que foge da mencionada noção de “cidadão carioca”, o perigoso, sujo ou indesejado. Caso emblemático ocorre no Boulevard Olímpico com ações de policiamento que se alinham ao entendimento de cidadania da sociedade do consumo, de modo a reprimir a presença de indivíduos fora daquele estrato social desejado para o consumo do lugar, sob o imaginário social dominante, que vincula moradores de favela e comércio ambulante a ações de violência urbana, intensificado no momento de jogos olímpicos. Observamos intensa repressão na atuação de vendedores ambulantes na região “luminosa” do projeto, vendedores esses que compõem parte da memória do lugar. Dentre as representações mais impactantes do “choque de ordem” está a matéria do O Globo que traz como manchete “desordem no Cartão Postal”, criminalizando a brincadeira que as crianças da região faziam bem antes da transformação da área.



Figura 2: Matéria “Desordem no Cartão Postal”. Fonte: Jornal O Globo, setembro de 2015. Foto: Custódio Coimbra

CONCLUSÃO

O Porto Maravilha, sob o signo da cidade olímpica, instaura profundas transformações no território. Operar a cultura como recurso legitimador, implica disputas identitárias, que buscam ressignificar a história da região. A mobilização de elementos do “passado” e a redefinição dos “lugares de memória”, estimulam o processo de “branqueamento do território”, tornando evidente o racismo institucional que norteia a produção das cidades. Nesse processo, emergem novas narrativas legitimadoras para instaurar os velhos processos de expropriação que, invariavelmente, impactam a vida dos moradores da região, em sua maioria, descendentes dos negros escravizados.

A interdição do acesso à terra sempre foi funcional à perpetuação da opressão da população negra no Brasil. A Lei de Terras, além de negar o acesso à terra por meio do trabalho, privilegiou os colonos europeus que seriam contratados como mão-de-obra. Nesse momento, negras e negros, cujos corpos foram apropriados como força de trabalho escrava, mas também como mercadorias passíveis de gerar crédito e rendimentos, perdem tanto seu “valor de uso”, quanto seu “valor de troca”, tornam-se descartáveis, pois a terra convertida em propriedade privada é tornada mercadoria e, como tal, pode proporcionar crédito

e lucro. A população negra e miscigenada conseguiu forjar custosamente uma solução de moradia nos cortiços localizados na região conhecida como Pequena África, que passou a atrair negros libertos de todo o país. Mas a cidade, modernizada aos moldes da sociedade industrial e ideais de embelezamento, não permitiu inserção da população negra, considerada fator de desvalorização pelos agentes hegemônicos, após o fim da escravidão e, ao longo do tempo, investiu em intervenções urbanas cujo objetivo era apagar as marcas e inibir mais uma vez a presença negra na região, já utilizando a remoção em massa como instrumento de poder.

As estratégias utilizadas nessa renovação urbano-cultural dão continuidade ao processo e, portanto, evidenciam que as demandas que o capital impõe às cidades já não se resumem à produção, mas também à informação e à comunicação, que continuam atreladas à questão do acesso à terra. O Porto Maravilha implicou a remoção de aproximadamente 863 famílias, além disso, intensificou a repressão dos trabalhadores informais. A cor da pele dos “indesejáveis” é sempre preponderantemente negra. A expulsão do centro, desse modo, aqui caminha junto com o processo de branqueamento do território, no sentido material, e no apagamento da memória negra, no sentido simbólico. As remoções são novamente acionadas como estratégia para afastar a população negra dos olhos do público que se pretende atrair.

O “branqueamento do território”, portanto não se efetiva apenas com intervenções espaciais. Observamos atualmente uma intensificação no processo de branqueamento que opera também em termos de investimento e visibilidade das instituições “negras” frente aos demais equipamentos de cultura da região. A cultura conforma o instrumental do pertencimento, de modo que apagar ou esconder a cultura negra na região portuária é, portanto, negar o direito à existência naquele território.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Otília. “Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.” In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Berlin e Barcelona: duas imagens estratégicas*. São Paulo: Annablume, 2012.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
BRASIL. Dossiê de Candidatura: Rio 2016, Cidade Candidata. Vol. 1, Brasília: 2009.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS (RJ). Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPCO-RJ, 2014.

COSENTINO, R; MONTEIRO, P. *Rio 2016: projeto, orçamento e (des)legados olímpicos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017, v.1.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

MASSEY, Doreen. “Um sentido global de lugar”. In: Arantes, Antônio (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000.

_____. *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2015.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto história (10), São Paulo: Editora da PUC-SP, dezembro de 1993.

NOVAIS, Pedro. “Efeitos de teoria: o debate acadêmico sobre os projetos urbanos e a legitimação de novas formas de produção do território”. In: DE OLIVEIRA, Fabricio L. de et al.; CARDOSO, Adauto L.; COSTA, Heloisa S. de M.; VAINER, C. B. (Org.). *Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

PEREIRA, J.C.M.S. *À Flor da Terra: O Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Garamond: IPHAN, 2007.

PINTO, João R. L.; NASRA, Lucas; SANTOS, Suzy. *Quem são os donos da educação e da cultura no Rio de Janeiro? Os contratos entre a Fundação Roberto Marinho e a Prefeitura*. Rio de Janeiro: 2016. (Relatório de pesquisa).

SÁNCHEZ, Fernanda. “A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. *A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial*. Chapecó: Argos Editora Universitária, (2ª. Ed), 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, Renato Emerson. *Rediscutindo o ensino da Geografia: temas da Lei 10.639*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SANTOS, Renato Emerson dos; Silva, Karoline Santos da; Ribeiro, Lisyanne Pereira; Silva, Naiara do Carmo. *Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?* Seminário Indisciplinar UFMG, 2017. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

SOUZA, Arivaldo S. (2011). “Racismo Institucional: para compreender o conceito”. In *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)*. Vol.1, n. 3- jan 2011, 77-87.

SIMAS, L. Antonio. In. TEIXEIRA, C. Alexandre. *Roda Dos Saberes*. Associação Cultural Ilê Mestre Benedito de Angola, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

VAZ, Lilian. “A “culturalização” do planejamento e da cidade: novos modelos?”. In: *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ano 2, número especial, (2004) – Ana Fernandes, Paola Berenstein Jaques (Org)., Salvador: PPG-AU, 2004.

WANIS, Amanda; SÁNCHEZ, Fernanda. “A Renovação ‘Urbano-Cultural’ no Projeto Porto Maravilha: Matrizes Mobilizadas na Reinvenção da Área”. In: *Políticas Culturais para as cidades*. Vol 2. Col. Cultura e Pensamento. Salvador: UFBA, 2018.

ZUKIN, Sharon. *The Cultures of cities*. 10ª ed. Oxford: Blackwell, 2006. [1995]